REPRODUCTIVE EQUITY NOW

Acesso à Contracepção em MA

Se você estiver em um plano de benefícios de saúde completamente seguro emitido em Massachusetts, poderá ser elegível para vários benefícios, incluindo 12 meses de contracepção sem co-pagamento.

O que é a Lei ACCESS de 2017?

A lei ACCESS de 2017 exige que as seguradoras de Massachusetts regulamentadas pelo estado forneçam todos os métodos contraceptivos aprovados pela FDA sem copagamento, incluindo contracepção de emergência sem receita. Esta lei também permite que os consumidores tenham acesso a até 12 meses de contracepção prescrita de uma vez.

Quais planos de seguro estão sujeitos à Lei ACCESS?

A lei ACCESS só se aplica a planos completamente segurados, MassHealth, ou planos oferecidos pela Comissão de Seguros do Grupo (Group Insurance Commission). Planos completamente segurados incluem planos de saúde segurados pelo Massachusetts Health Connector (por exemplo, todos os Planos de Saúde ConnectorCare). A lei ACCESS também se aplica a alguns programas governamentais, como o MassHealth.

Muitos grandes empregadores oferecem planos de saúde autofinanciados, que geralmente estão isentos dos requisitos de benefícios impostos pelo estado, incluindo a lei ACCESS. Ter um plano autofinanciado significa que os empregadores pagam os benefícios de seus recursos em vez de comprar um plano de saúde segurado de uma seguradora.

Quais são os benefícios da Lei ACCESS?

Os planos completamente segurados devem cobrir um fornecimento de 12 meses de pelo menos um medicamento contraceptivo, dispositivo ou outro produto dentro de cada categoria de contraceptivo elegível aprovada pela FDA. Embora os planos possam fornecer cobertura para mais de um produto dentro de uma categoria de contraceptivos, o plano deve cobrir pelo menos um produto sem divisão de custos.

A lei também cria um período experimental de 3 meses ao iniciar uma nova forma de contraceptivos hormonais. Este período experimental significa que a seguradora só precisa de cobrir 3 meses quando um indivíduo inicia contraceptivos pela primeira vez. Após o período experimental de 3 meses, os indivíduos podem obter um suprimento de 12 meses do contraceptivo prescrito. Não é necessário completar um período experimental de 3 meses ao mudar de seguro ou voltar a uma forma de contraceptivos hormonais anteriormente utilizados.

Além de pílulas anticoncepcionais, esponjas e adesivos, os pacientes podem obter cobertura de seguro para contraceptivos reversíveis de longo prazo, como varas implantáveis, dispositivos intrauterinos de cobre ("DIUs"), DIUs de progestina e injetáveis. A lei também abrange preservativos femininos, diafragmas e esterilização feminina, mas não preservativos masculinos ou esterilização masculina.

Os pacientes também podem acessar a contracepção de emergência sem compartilhamento de custos adquirida com receita médica ou sob uma ordem permanente em todo o estado.

A seguradora deve fornecer ao indivíduo a capacidade de apelar de qualquer negação, e os indivíduos podem solicitar uma apelação externa acelerada de qualquer negação de cobertura de seguro. Os pacientes podem encontrar mais informações sobre esse processo no Escritório de Proteção ao Paciente.